



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº=254, DE 4 DE JULHO DE 1969.

Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

O Prefeito Municipal de Catiguá, nos termos do artigo 23, da Lei Estadual nº.91842, de 19 de setembro de 1967, sanciona e promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal em sua sessão de 27 de Julho de 1969, conforme resolução nº23/69.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º-Esta lei institui o regime jurídico dos servidores do Município de Catiguá.-

Artigo 2º-Para os efeitos deste Estatuto, funcionário/ é a pessoa legalmente investida em cargo público.-

Artigo 3º-Cargo público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas ao funcionário.-

Artigo 4º-Os cargos são considerados de carreira ou isolados.-

§ 1º-São de carreira os que se integram em classes e correspondem a profissão, ou atividades com denominação própria.

§ 2º-São isolados os que não se podem integrar em classes e correspondem a certa e determinada função.

Artigo 5º-Classe é o agrupamento de cargos que, por lei tenham idêntica denominação, o mesmo conjunto de atribuições/ e responsabilidades e o mesmo padrão de vencimentos.-

§ 1º- As atribuições e responsabilidades pertinentes a cada classe serão descritas em regulamento, incluindo, entre outras, as seguintes indicações: denominação, código, descrição sintética, exemplos típicos de tarefas, qualificação mínima para o exercício do cargo e, se for o caso, requisito legal ou especial.

§ 2º-Respeitada essa regulamentação, aos funcionários/ da mesma carreira podem ser cometidas as atribuições de suas diferentes classes.

§ 3º-É vedado atribuir ao funcionário encargos ou serviços diversos dos de sua carreira ou cargo (Art.44).-

Artigo 6º-Carreira é a série de classes, escalonadas segundo o nível de complexidade das atribuições e grau de responsabilidade.-

Artigo 7º-Não haverá equivalência entre as diferentes carreiras, quanto às suas atribuições funcionais.

§ 1º-é vedada a vinculação ou a equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público municipal.

§ 2º-Haverá igualdade de denominação dos cargos equivalentes e paridade de vencimentos e vantagens entre os funcionários da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Artigo 8º-Quadro é o conjunto de carreiras e cargos isolados.

LIVRO I DA INVESTIDURA, DO EXERCÍCIO E DA VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

TÍTULO I DO PROVIMENTO

CAPÍTULO I

Das Formas e dos Requisitos do Provimento

Artigo 9º-Os cargos públicos serão providos por:

- I-Nomeação;
- II-promoção;
- III-transferências;
- IV-reintegração;
- V-readmissão;
- VI-reversão; e



VII-aproveitamento.

Parágrafo Único- O provimento dos cargos públicos da Prefeitura é da competência privativa do Prefeito.-

Artigo 10- Só poderá ser investido em cargo público municipal quem satisfazer os seguintes requisitos:

- I-ser brasileiro;
- II-ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- III-estar no gozo dos direitos políticos;
- IV-estar quites com as obrigações militares;
- V-ter boa conduta;
- VI-gozar boa saúde, comprovada em exame médico;
- VII-possuir aptidão para o exercício da função;
- VIII-ter-se habilitado previamente em concurso, ressalvadas as exceções previstas em lei;
- IX-ter atendido às condições especiais prescritas em lei ou regulamento para determinados cargos ou carreiras.

CAPITULO II

Da Nomeação

Secção I

Das Formas de Nomeação

Artigo 11- A nomeação será feita:

I- em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira ou isolado;

II- em comissão, quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de lei, assim deva ser provido.

SECÇÃO II

Do Concurso

Artigo 12- A nomeação, para cargo que deva ser provido em caráter efetivo, depende da habilitação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação dos candidatos aprovados e vedadas quaisquer vantagens entre os concorrentes.

Parágrafo único- Os cargos de provimento em comissão (art.11,II) são de livre nomeação e exoneração.

Artigo 13- Poderá inscrever-se no concurso que tiver o mínimo de 18 (dezoito) anos e o máximo de 35 (trinta e cinco) anos de idade.-

Parágrafo único- O limite máximo de idade previsto neste artigo poderá ser dispensado para candidatos ocupantes de cargos públicos.

Artigo 14- Encerradas as inscrições, legalmente processadas para o concurso à investidura em qualquer cargo, não se abrirão novas antes de sua realização.-

Artigo 15- Os concursos serão julgados por comissão em que pelo menos um dos membros seja estranho ao serviço público/municipal.-

Artigo 16- O prazo de validade dos concursos será afixado no edital respectivo, até o máximo de dois anos.-

Artigo 17- O concurso deverá estar homologado pelo Prefeito em 90 dias a contar do encerramento das inscrições.-

SECÇÃO III

Do Estágio Probatório

Artigo 18- O funcionário nomeado em caráter efetivo fica sujeito ao estágio probatório de dois anos de exercício ininterrupto, em que serão apurados os seguintes requisitos:

- I- eficiência;
- II- idoneidade moral;
- III- aptidão;
- IV- disciplina;
- V- assiduidade;
- VI- dedicação ao serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-3-

§ 1º-Os chefes de repartição ou serviço, em que sirvam funcionários sujeitos a estágio probatório, quatro meses antes= do término dêste, informarão, reservadamente, ao órgão de Pessoal competente, sobre os requisitos previstos neste artigo.

§ 2º-Em seguida, o órgão de Pessoal formulará parecer/ escrito, opinado sobre o merecimento do estágio em relação a ca da um dos requisitos concluindo a favor ou contra a confirmação do funcionário.

§ 3º-Dêsse parecer, se contrário à confirmação, será - dada vista ao estagiário pelo prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º- Julgando o parecer e a defesa, o Prefeito decreta rá a exoneração do funcionário, se achar aconselhável; ou o con firmará, se sua decisão fôr favorável à permanência do funcio nário.

Artigo 19-A apuração dos requisitos, de que trata o ar tigo anterior, deverá processar-se de modo que a exoneração do/ funcionário possa ser feita antes de findo o período do estágio.

Parágrafo único -Findo o estágio, com ou sem pronuncia mento, o funcionário se tornará estável.

CAPITULO III

Das Promoções

Artigo 20-As promoções far-se-ão de classe para classe obedecendo o critério de antiguidade e de merecimento, alterna damente.

§ 1º-O merecimento apurar-se-á pela concorrência dos - seguintes requisitos:

I-eficiência;

II-dedicação ao serviço;

III-assiduidade;

IV-títulos e os comprovantes de conclusão ou frequência de - cursos, seminários, simpósios, relacionados com a administra- ção municipal.-

V-trabalhos e obras publicadas.

§ 2º- Quando ocorrer empate na classificação por anti-/ guidade na classe, terá preferência o funcionário de maior tem po de serviço municipal; havendo ainda, empate, o de maior tem po de serviço público, o de maior prole e o mais idoso, sucessi vamente.

§ 3º-Havendo fusão de classes, a antiguidade abrangerá o efetivo exercício na classe anterior/.-

Artigo 21-As promoções serão realizadas de seis em seis meses, havendo vaga.

§ 1º-Quando não decretada no prazo legal, a promoção - produzirá seus efeitos a partir do último dia do respectivo se- mestre.

§ 2º-Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que vier falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção que cabia por antiguidade.

§ 3º-Ao funcionário afastado para tratar de interesse/ particular, sómente se abonarão as vantagens decorrentes da pro moção a partir da data da reassunção.

Artigo 22-Será declarada sem efeito a promoção indevida e, no caso, provido quem de direito.

§ 1º-Os efeitos desta promoção retroagirão à data que - fôr anulada.

§ 2º-O funcionário, promovido indevidamente não ficará obrigado a restituição, salvo hipótese de dolo ou má fé do inte ressado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-4-

Artigo 23-Não concorrerão à promoção os funcionários que não tiverem, pelo menos, um ano de efetivo exercício na classe, salvo se nenhum preencher essa exigência.

Parágrafo único- Em nenhum caso será promovido o funcionário em estágio probatório.

Artigo 24- é vedado ao funcionário pedir, por qualquer forma, sua promoção.

Parágrafo único- Ao funcionário é assegurado o direito de recorrer das promoções, quando entender tenha sido preterido.

Artigo 25-As promoções serão processadas por comissão especial, nomeada pelo Prefeito.

Parágrafo único- As normas para o processamento das promoções serão objeto de regulamento.

CAPITULO IV

Da Transferência

Artigo 26-O funcionário pode ser transferido de uma carreira para outra da mesma denominação, ou de um cargo isolado para outro da mesma natureza.

§ 1º-A transferência far-se-á;

I-a pedido do funcionário, atendida a conveniência do serviço;

II-de ofício, no interesse da administração.

§ 2º-Equivalerá a nomeação, dependendo sua efetivação da observância dos requisitos desta lei (art.11 a 19), a transferência de funcionários:

I-de uma carreira para outra de denominação diversa;

II-de um cargo de carreira para um cargo isolado;

III-de um cargo isolado para um cargo de carreira.

Artigo 27-A transferência, de que trata o artigo 26, § 1º, far-se-á para cargo de igual vencimento ou renumeração, e somente será concedida ao funcionário que contar no mínimo um ano de efetivo exercício na classe ou no cargo isolado.

Parágrafo único- Nesse caso, a transferência para cargo de carreira obedecerá as seguintes condições:

I-se fôr a pedido, só poderá se feita para vaga a ser provida por merecimento;

II-não poderá exceder de um terço de cada classe;

III-só poderá efetivar-se no mês seguinte ao das promoções.

CAPITULO V

Da Reintegração

Artigo 28-A reintegração que decorrerá de decisão judicial passada em julgado, é o reingresso no serviço público, com ressarcimento das vantagens atinentes ao cargo.

Artigo 29-A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado; se este houver sido transformado, no cargo resultante da transformação e, se extinto, em cargo de vencimento ou renumeração e funções equivalentes, atendida a habilitação profissional.

Parágrafo único- Não sendo possível atender ao disposto neste artigo, ficará o reintegrado em disponibilidade, aplicando-se os artigos 86 e 87.-

Artigo 30-O funcionário que estiver ocupando o cargo objeto de reintegração será exonerado, ou, se ocupava outro cargo municipal, a este reconduzido, sem direito à indenização.

Artigo 31-O funcionário reintegrado será submetido a exame médico e aposentado quando incapaz.

CAPITULO VI

Da Readmissão



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-5-

Artigo 32-Readmissão é o reingresso do funcionário demitido ou exonerado no serviço público municipal sem direito a ressarcimento de prejuízo.

§ 1º-A readmissão se fará por ato administrativo, e dependerá de prova de capacidade, mediante exame médico.

§ 2º-O readmitido contará o tempo de serviço público anterior para efeito de disponibilidade e aposentadoria.

Artigo 33-Respeitada a habilitação profissional, a readmissão far-se-á na primeira vaga a ser provida por merecimento.

Parágrafo único- A readmissão far-se-á de preferência, no cargo anteriormente ocupado ou em outro de atribuições análogas e de vencimentos ou remuneração equivalente ou inferior.

CAPITULO VII

Da Reversão

Artigo 34-Reversão é o reingresso do aposentado no serviço público municipal, após verificação, em processo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º-A reversão far-se-á a pedido ou de ofício, atendido sempre o interesse público.

§ 2º-A reversão depende de exame médico, em que fique provada a capacidade para o exercício da função.

§ 3º-Será tornada sem efeito a reversão e cassada a aposentadoria do funcionário, que não tomar posse ou não entrar em exercício nos prazos previstos nos artigos 56 e 61.-

Artigo 35-Respeitada a habilitação profissional, a reversão far-se-á, de preferência, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro de atribuições análogas.

§ 1º-A reversão de ofício nunca poderá ser feita para cargo de vencimento ou remuneração inferior ao provento do revertido.-

§ 2º-A reversão, a pedido, somente poderá ser feita no mesmo cargo ou em cargo a ser provido por merecimento.

Artigo 36-A reversão não dará direito, para nova aposentadoria e disponibilidade, à contagem do tempo em que o funcionário esteve aposentado.

CAPITULO VIII

Do Aproveitamento

Artigo 37-Aproveitamento é o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade (art.86).

§ 1º-O aproveitamento dependerá de prova de capacidade mediante exame médico.

§ 2º-Provada, em exame médico a incapacidade definitiva, será decretada a aposentadoria do funcionário no cargo em que foi posto em disponibilidade.

Artigo 38-Se, dentro dos prazos legais, o funcionário não tomar posse ou entrar em exercício no cargo em que houver sido aproveitado, será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, com perda de todos os direitos de sua anterior situação.

Artigo 39-Havendo mais de um concorrente à mesma vaga/ terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

CAPITULO IX

Das Mutações Funcionais

SECÇÃO I

Da Função Gratificada

Artigo 40-Função gratificada é a instituída em lei para atender a encargo de chefia e outros que não justifiquem a criação de cargo.

Artigo 41-O desempenho de função gratificada será atribuída ao funcionário mediante ato expresso do Prefeito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-6-

Artigo 42-A gratificação será percebida cumulativamente com o vencimento ou remuneração do cargo, de que fôr titular o gratificado.

Artigo 43-Não perderá a gratificação o funcionário que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, licenças para tratamento de sua saúde ou à gestante, serviços obrigatórios por lei ou atribuições regulares decorrentes de seu cargo ou função.-

SECÇÃO II

Da Substituição

Artigo 44-Haverá substituição no impedimento do ocupante de cargo de direção ou chefia de provimento efetivo ou em comissão e de função gratificada.

Parágrafo único-No mês de dezembro de cada ano, será organizada e publicada pelos chefes de Serviço a relação de substitutos para o ano seguinte.

Artigo 45-O substituto perceberá o mesmo vencimento do substituído, sem as vantagens pessoais.

SECÇÃO III

Da Readaptação

Artigo 46-Readaptação é a investidura em cargo ou função mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de exame médico.

Artigo 47-A readaptação não acarretará diminuição, nem aumento de vencimento ou remuneração, e será feita mediante transferência, não se aplicando, neste caso, o disposto no art. 26, § 2º.-

SECÇÃO IV

Da Remoção e da Permuta

Artigo 48-A remoção, a pedido ou de ofício far-se-á:
I-de um para outro setor, serviço, departamento ou secretaria;

II-de um para outro órgão do mesmo setor, serviço, departamento ou secretaria.

§ 1º-A remoção prevista no item I será feita por decreto do Prefeito; a prevista no item II, será feita por ato do diretor do setor, do serviço, do departamento ou do secretário.

§ 2º-A remoção só poderá ser feita respeitada a lotação de cada órgão, setor, serviço, departamento ou secretaria.

Artigo 49-A permuta será processada a pedido escrito de ambos os interessados, respeitados os requisitos da remoção.

SECÇÃO V

Da Lotação e da Relotação

Artigo 50-Entende-se por lotação o número de funcionário de cada carreira e de cargos isolados que devem ter exercício em cada órgão, setor, serviço, departamento ou secretaria.

Artigo 51-Relotação é a transferência do cargo de carreira ou isolado de uma repartição para outra.

Parágrafo único- A relação depende de lei.

TITULO II

DA POSSE E DO EXERCÍCIO

CAPITULO I

Da Posse

Artigo 52-Posse é a investidura do cidadão em cargo público, ou em função gratificada.

Parágrafo único- Não haverá posse nos casos de promoção reintegração e designação para o desempenho de função gratificada.-

Artigo 53-A posse verificar-se-á mediante assinatura, pela autoridade competente e pelo funcionário, de um termo em -



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-7-

que este se compromete a cumprir fielmente dos deveres e atribuições do cargo ou da função gratificada, e as exigências deste - Estatuto.

Artigo 54-São competentes para dar posse:

I-O Prefeito ou o Secretário da Prefeitura, os diretores de departamento ou de serviços;

II-os diretores de departamento ou de serviço, aos chefes e demais funcionários a eles subordinados.

Artigo 55-A autoridade que de posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em lei ou regulamento para a investidura no cargo ou na função gratificada.

Artigo 56-A posse deverá verificar-se dentro de 30 (- trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento.

§ 1º-Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por solicitação escrita do interessado e mediante ato fundamentado da autoridade competente para dar posse.

§ 2º-O termo inicial de posse para o funcionário em férias, ou licenciado, exceto no caso de licença para tratar de interesse particular, será o da data em que voltar ao serviço.

Artigo 57-O ato de provimento será tornado sem efeito/por decreto, se a posse não der dentro do prazo inicial ou de prorrogação, na forma prevista no artigo anterior.

Artigo 58-O funcionário nomeado para cargo cujo provimento dependa de fiança não poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º-Será sempre exigida fiança de funcionário que tenha dinheiro público sob sua guarda ou responsabilidade.

§ 2º-A fiança poderá ser prestada:

I-em dinheiro;

II-em títulos da Dívida Pública;

III-em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidas por instituto oficial ou empresa legalmente autorizada.

§ 3º-Não se admitirá o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

§ 4º-O funcionário responsável por alcance ou desvio não ficará isento de responsabilidade administrativa, ainda que o valor da fiança cubra os prejuízos verificados.

CAPÍTULO III

DO Exercício

SEÇÃO I

Do Exercício em Geral

Artigo 59-O exercício é a prática de atos próprios do cargo ou da função pública.

Parágrafo único- O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentimento individual do - funcionário.

Artigo 60-O exercício deve ser dado pelo chefe da repartição para a qual for designado o funcionário.

Artigo 61-O exercício terá início no prazo de 30 (trinta) dias contados:

I-da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração e designação para o desempenho de função gratificada;

II-da data da posse, nos demais casos.

§ 1º-A promoção não interrompe o exercício, que será contado na nova classe a partir da data da publicação do ato que promover o funcionário.-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-8-

§ 2º-O funcionário transferido ou removido, quando - legalmente afastado, terá o prazo para entrar em exercício contado a partir do término do impedimento.

§ 3º-Os prazos deste artigo poderão ser prorrogados - por mais 30(trinta) dias, a requerimento do interessado.

Artigo 62-O funcionário nomeado deverá ter exercício/ na repartição em cuja lotação houver claro.

Artigo 63-Nenhum funcionário poderá ter exercício em/ serviço ou repartição diferente daquela em que estiver lotado, - salvo os casos expressos neste Estatuto.

Artigo 64-Ao entrar em exercício, o funcionário apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Artigo 65-O funcionário que não entrar em exercício - dentro do prazo estabelecido neste Estatuto será exonerado do - cargo ou dispensado da função gratificada.

SEÇÃO II

Dos Afastamentos

Artigo 66-o afastamento do funcionário de sua reparti- ção para ter exercício em outra, por qualquer motivo, só se ve- rificará nos casos previstos neste Estatuto.

Parágrafo único- Só em casos excepcionais e de compro- vada necessidade, poderá se concedido afastamento a funcionário do Município para servir com ou sem prejuízo de vencimentos, - perante órgãos federais ou estaduais.

Artigo 67-O funcionário não poderá ausentar-se do Mu- nicípio, para estudo ou missão especial, sem autorização do Pre- feito.

§ 1º-A ausência não excederá de dois anos e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período será permitido novo afastamento.

§ 2º-O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser concedido até quatro anos, se o estudo ou missão fôr no estran- geiro.

§ 3º-Em qualquer caso, previsto neste artigo, fica o/ funcionário obrigado a provar que se utilizou do afastamento pa- ra o fim a que foi autorizado.

Artigo 68-Será considerado afastado do exercício, até/ decisão final passada em julgado, o funcionário (art.147,III):-

- I-prêso em flagrante ou preventivamente;
- II-pronunciado, ou condenado por crime inafiançável;
- III-denunciado por crime funcional, desde o recebimento da denúncia.

SEÇÃO III

Do Regime de Trabalho

Artigo 69-O Prefeito determinará:

- I-para a repartição, o período de trabalho diário;
- II-para cada função, o número de horas diárias de tra- balho.-
- III-para uma ou outra, o regime de trabalho em turnos - consecutivos, quando fôr aconselhável, indicando o/ número certo de horas de trabalho exigível por mês.

Artigo 70-Salvo exceções previstas em lei especial, - nenhum funcionário municipal poderá prestar, sob qualquer funda- mento, menos de 33 (trinta e três) horas semanais de trabalho.

Artigo 71-O período de trabalho, nos casos de compro- vada necessidade, poderá ser antecipado ou prorrogado pelos che- fes de repartições ou serviço.

Parágrafo único- No caso de antecipação ou prorrogação deste período, será remunerado o trabalho extraordinário, na - forma



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-9-

forma prevista neste Estatuto.

Artigo 72-No interesse da administração e mediante com pensação pecuniária adequada, o Prefeito poderá colocar funcio nário no regime de Trabalho Integral (R.T.I.) ou no regime de 7 Dedicção Profissional Exclusiva (R.D.P.E.).

Artigo 73-Todo funcionário ficará sujeito ao ponto, - que é o registro pelo qual se verificará, diariamente, a entra da e a saída do funcionário em serviço.

§ 1º-Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da frequência.

§ 2º-Para os registros de ponto, serão usados, de pre ferência, meios mecânicos.

§ 3º-Salvo os casos expressamente previstos neste Es- tatuto, é vedado dispensar o funcionário de registro de ponto- e abonar falta ao serviço.

SECÇÃO IV

Das Faltas ao Serviço

Artigo 74-Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

Parágrafo único- Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza e circunstância, principalmente pelas - consequências no círculo da família, possa razoavelmente cons- tituir escusa do não comparecimento.

Artigo 75-O funcionário que faltar ao serviço fica ob obrigado a requerer a justificação da falta, por escrito, a - seu chefe imediato, no primeiro dia em que comparecer à repar- tição, sob pena de sujeitar-se a tôdas as consequências resul- tantes da ausência.-

§ 1º-Não poderão ser justificadas as faltas que excee- derem a vinte e quatro por ano.

§ 2º-O chefe imediato do funcionário decidirá sôbre a justificação das faltas até o máximo de doze por ano; a justi- ficação das que se excederem a êsse número, até o limite de - vinte e quatro, será submetida, devidamente informada por essa autoridade, à decisão de seu superior hierárquico, no prazo de cinco dias.

§ 3º-Para justificação da falta, poderá ser exigida - prova do motivo alegado pelo funcionário.

§ 4º-A autoridade competente decidirá sôbre a justifi- cação no prazo de cinco dias, cabendo recurso para a autorida- de superior, quando iñdeferido o pedido.

§ 5º-Decidido o pedido de justificação da falta, será o requerimento encaminhado ao órgão do pessoal para as devidas anotações.

Artigo 76-Serão abonadas as faltas, até o máximo de 6 (seis) por ano desde que não excedam de uma por mês, quando o- funcionário, por moléstia ou motivo relevante, se achar impos- sibilitado de comparecer ao serviço, observadas as condições - dos parágrafos seguintes:

§ 1º-A moléstia deverá ser provada por atestado médi- co, com firma reconhecida, e a aceitação dos outros motivos - fica a critério do chefe direto do funcionário.

§ 2º-O funcionário é obrigado a declarar os motivos - da ausência no primeiro dia em que comparecer ao serviço, não/ sendo aceitas as declarações de-pois dêsse Prazo.

§ 3º-O pedido de abono deverá ser feito em requerimen- to escrito ao chefe imediato do funcionário, que decidirá de - plano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-10-

TITULO III DA VACÂNCIA

Artigo 77-A vacância do cargo decorrerá de:

- I-exoneração;
- II-demissão;
- III-promoção;
- IV-transferência;
- V-aposentadoria;
- VI-falecimento.

§ 1º-Dar-se-á a exoneração;

- I-a pedido do funcionário;
- II-de ofício:
 - a)-quando se tratar de cargo em comissão;
 - b)-quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
 - c)-quando o funcionário não entrar em exercício no prazo legal (art.65).

§ 2º-A demissão será aplicada como penalidade:

- Artigo 78-A vacância da função gratificada decorrerá de:
 - I-dispensa, a pedido do funcionário;
 - II-dispensa, a critério da autoridade;
 - III-dispensa, por não haver o funcionário designado assumido o exercício no prazo legal;
 - IV-destituição.

Parágrafo unico- A destituição será aplicada como penalidade, nos casos previstos neste Estatuto.

Artigo 79- A exoneração e a dispensa, a pedido, podem ser concedidas pelo chefe de setor, serviço, departamento ou secretaria.

LIVRO II das Prerrogativas, dos Direitos e das Vantagens

TITULO I

Das Prerrogativas CAPITULO I

Do Tempo de Serviço

Artigo 80-Será feita em dias a apuração do tempo de serviço.

§ 1º-O número de dias será convertido em anos, considerados de 365 dias.

§ 2º-Feita a conversão, os dias restantes, até 182, não serão computados para efeito de aposentadoria, será arredondado para um ano, o número excedente de 182 dias.

Artigo 81-Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I-férias;
- II-casamento, até 8 (oito) dias;
- III-luto até 8 (oito) dias por falecimento de cônjuge, pais descendentes, irmão e sogros;
- IV-luto, de até 2 (dois) dias por falecimento de tios, cunhados, padrastrô, madrastra, genro e nora;
- V-exercício de outro cargo municipal de provimento em comissão;
- VI-convocação para o serviço militar;
- VII-júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VIII-desempenho de função legislativa federal, estadual ou municipal;
- IX-licença prêmio;
- X-licença a funcionária festante;
- XI-licença a funcionário acidentado em serviço ou atacadado de doença profissional ou moléstia enumerada no artigo 116;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-11-

XIII-missão ou estudo noutros pontos do território nacional ou no estrangeiro, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo Prefeito;

XIII-provas de competições esportivas, quando o afastamento fôr autorizado pelo Prefeito;

XIV-faltas abonadas.

Artigo 82-Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-à, integralmente:

I-o tempo de serviço público federal, estadual e municipal;

II-o periodo de serviço ativo nas forças armadas, contando-se em dôbro o tempo em operações de guerra;

III-o tempo de serviço prestado em autarquias municipais/estaduais e federais;

IV-o tempo em que o funcionário esteja em disponibilidade.

Artigo 83-É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concorrentemente em dois ou mais cargos ou funções públicas ou em entidades autárquicas ou paraestatais.

CAPITULO II

DA ESTABILIDADE

Artigo 84- O funcionário nomeado em caráter efetivo adquire estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício.

§ 1º-Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, se não prestou concurso público.

§ 2º-A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo.

Artigo 85-O funcionário perderá o cargo:

I-quando estável, em virtude de sentença judiciária - passada em julgado ou mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa;

II-quando em estágio probatório, somente após observância do art.18 e seus parágrafos ou mediante inquérito administrativo, quando este se impuser antes de concluído o estágio, - assegurada, neste caso, defesa ao interessado.

CAPITULO III

Da Disponibilidade

Artigo 86-Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade com provento igual ao vencimento ou remuneração, até seu aproveitamento em outro cargo equivalente (art.37 a 39).

Parágrafo único- Restabelecido o cargo, ainda que modificada sua denominação, será obrigatoriamente aproveitado nêle/ o funcionário posto em disponibilidade quando de sua extinção.

Artigo 87- O funcionário em disponibilidade poderá ser aposentado (art.37,§2º) ou posto à disposição de outro órgão, a seu pedido.

CAPITULO IV

Da Reintegração

Artigo 88-Invalídada a demissão do funcionário por sentença judicial, será êle reintegrado a que lhe ocupava o lugar/ será exonerado, ou, se ocupava outro cargo, a êste reconduzido/ sem direito a indenização.

§ 1º-A reintegração imprta no ressarcimento de todos - os prejuizos do funcionário reintegrado.

§ 2º-O g pagamento dêsses prejuizos deverá ser líquido dado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da reassunção do cargo ou da data da aposentadoria.

CAPITULO V

Da Aposentadoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS=12-

Artigo 89-~~O~~ funcionário será aposentado:

I-compulsoriamente, aos 70 anos de idade;

II-a pedido, após (trinta e cinco) 35 anos de efetivo -
exercício;

III-por invalidez.

Parágrafo único- No caso do número II, o tempo de servi-
ço será reduzido a trinta anos, para as mulheres.

Artigo 90-~~O~~ provento da aposentadoria será integral quan-
do:

I-o funcionário contar 35 (trinta e cinco) anos de servi-
ço, se do sexo masculino, ou 30 (trinta), se do sexo feminino;

II-o funcionário se aposentar por invalidez.

Artigo 91-O funcionário que se incapacitar para o exer-
cício de qualquer função pública, será licenciado do cargo com to-
dos os vencimentos, por período não excedente de 4 (quatro) anos.
Findo esse prazo, se perdurar a incapacidade total, será aposen-
tado, qualquer que seja o tempo de serviço, possibilitada a rever-
são.

Artigo 92-Os proventos da inatividade serão revistos sem-
pre que houver modificação geral de vencimentos ou remuneração, e
na mesma proporção, dos funcionários em atividade.

Parágrafo único- Em caso algum os proventos da inativa-
de poderão exceder a vencimento ou remuneração percebida na ati-
vidade.

Artigo 93-~~A~~ aposentadoria dependente de exame médico sé
decretada depois de verificada a impossibilidade de readaptação
do funcionário.

Artigo 94-~~É~~ automática a aposentadoria compulsiva.

Parágrafo único- O retardamento do decreto que declarar
a aposentadoria compulsória não impedirá que o funcionário se -
afaste do exercício no dia imediato ao em que atingir a idade -
limite.-

TITULO II

DOS REQUISITOS E DAS VANTAGENS EM GERAL

CAPITULO I

Das Férias

Artigo 95-O funcionário terá direito ao gozo de 30 (trin-
ta) dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala
organizada pelo chefe da repartição.

§ 1º-Sómente depois do primeiro ano de exercício em car-
go público deste Município, adquirirá o funcionário direito a -
férias.

§ 2º-Não terá direito a férias o funcionário que, duran-
te o período de sua aquisição, permanecer em gozo de licença pa-
ra tratar de interesse particular.

§ 3º-É proibido levar à conta de férias qualquer falta/
ao serviço.

Artigo 96-Em casos excepcionais, critério da Administra-
ção, poderão as férias ser concedidas em dois períodos, nenhum/
dos quais poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

Parágrafo único- Os membros de uma mesma família de fun-
cionários do Município terão direito a gozar férias no mesmo -
período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo/
para o serviço.

Artigo 97-É proibida a acumulação de férias, salvo por/
absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos.

§ 1º-Sómente serão consideradas como não gozadas, por a
absoluta necessidade do serviço, as férias que o funcionário dei-
xar de gozar mediante decisão escrita do Prefeito, exarada em -



processo e publicada na forma legal, dentro do exercício a que elas correspondem.

§ 2º-As férias não gozadas até a promulgação dêste Estatuto, no máximo de 2 (duas), poderão ser, a requerimento do interessado, contadas em dôbro para efeito de aposentadoria, ou gozadas oportunamente, a critério da administração.

Artigo 98-Em caso de exoneração ou demissão do funcionário, ser-lhe-á paga a remuneração correspondente ao período de férias, cujo direito tenha adquirido.

Artigo 99-É facultado ao funcionário gozar férias onde lhe convier cumprindo-lhe, no entanto, comunicar, por escrito, ao chefe da repartição, sem endereço eventual.

Artigo 100- O funcionário promovido, transferido ou removido, durante as férias, não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

CAPITULO II DAS LICENÇAS SECÇÃO I

Disposições Preliminares

Artigo 101-Conceder-se-á ao funcionário licença:

I-para tratamento de saúde;

II-por motivo de doença em pessoa da família;

III-para repouso à gestante;

IV-para prestar serviço militar obrigatório;

V-por motivo de afastamento do cônjuge militar;

VI-para tratar de interesses particulares;

VII-como prêmio à assiduidade;

VIII-para o desempenho de mandato eletivo.

Parágrafo único- Ao ocupante de cargo de provimento em comissão, não se deferirá, nessa qualidade, licença para tratar de interesses particulares.

Artigo 102-A licença dependente de exame médico será concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado.

Parágrafo único- Findo o prazo, poderá haver novo exame e o atestado médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Artigo 103-Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo seguinte.

Artigo 104-A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido.

Parágrafo único- O pedido deverá ser apresentado pelo menos 5 dias antes de findo o prazo da licença; se indeferido, contar-se-á como licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho.-

Artigo 105-As licenças concedidas dentro de 60 (sessenta) dias, contados do término da anterior, serão consideradas em prorrogação.

Parágrafo único-Para os efeitos dêste artigo, somente serão levadas em consideração as licenças da mesma espécie.

Artigo 106-O funcionário não poderá permanecer em licença, por moléstia, por prazo superior a 4 (quatro) anos.

Parágrafo único- O disposto neste artigo não se aplica aos funcionários em comissão.

Artigo 107-Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o funcionário será submetido a exame e aposentado, se for considerado definitivamente inválido, na forma do art. 91.

Artigo 108-As licenças por tempo superior a 30 (trinta) dias, só poderão ser concedidas pelo Prefeito; de tempo inferior poderão ser deferidas por chefes de serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-14-

Artigo 109-O funcionário em gozo de licença comunicará ao chefe da repartição o local onde poderá se encontrado.

SEÇÃO II

Da Licença para Tratamento de Saúde

Artigo 110-A licença para tratamento de saúde será a pedido ou de ofício.

§ 1º-Num e noutro caso, é indispensável exame médico.

§ 2º-O funcionário licenciado para tratamento de saúde não poderá dedecar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença.

Artigo 111-Sempre que possível, o exame, para concessão de licença para tratamento de saúde, será feito por médico oficial do Município, do Estado ou da União.

§ 1º-O atestado ou laudo passado por médico ou n junta médica particular só produzirá efeitos depois de homologado pelo serviço de saúde do Município, se houver.

§ 2º-As licenças superiores a 60(sessenta) dias depende rão de exame do funcionário por junta médica.

Artigo 112-Será punido disciplinarmente, com suspensão de 30(trinta) dias, o funcionário que recusar a submeter-se a e exame médico, cessando os efeitos da penalidade, logo que se ve rificar o exame.

Artigo 113-Considerando apto, em exame médico, o fun- cionário reassumirá o exercício, sob pena de se apurarem, como/ faltas injustificadas, os dias de ausência.

Parágrafo único- No curso da licença, poderá o funcio- nário requerer exame médico, caso se julgue em condições de reas sumir o exercício.

Artigo 114-A licença a funcionário atacado de tuberculo se ativa alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, - paralisia ou cardiopatia grave, será concedida, quando o exame - médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Artigo 115-Será integral o vencimento ou remuneração do funcionário licenciado para tratamento de saúde, acidentado em - serviço, atacado de doença profissional ou das moléstias indica- das no artigo anterior.

SEÇÃO III

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da F, mi- lia.

Artigo 116-O funcionário poderá obter licença por moti- vo de doença de ascendente, descendente, irmão ou cônjuge não - separado legalmente, provando ser indispensável sua assistência pessoal permanente não podendo esta ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.-

§ 1º-Provar-se-á a doença mediante exame médico, na for ma prevista no art.113.

§ 2º-A licença de que trata êste artigo será concedida/ com vencimentos ou remuneração integral até um ano, e com dois - têrços do vencimento ou remuneração, excedendo êsse prazo e até dois anos.

§ 3º-Quando a pessoa da familia do funcionário se encon- trar em tratamento fora do Município, permitir-se-á o exame médi- co por profissional pertencentes ao quadro de servidores federais estaduais ou municipais da localidade.

SEÇÃO IV

Da Licença à Gestante

Artigo 117-À funcionária gestante será concedida, median- te exame médico, licença até 4 (quatro) meses, com vencimento ou remuneração.

Parágrafo único- Salvo prescrição médica em contrário,-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-15-

a licença será concedida a partir do oitavo dia (digo) mês da -
gestação.

SECÇÃO V

Da Licença para Serviço Militar

Artigo 118-Ao funcionário que fôr convocado para o ser-
viço militar e outros encargos de segurança nacional, será con-
cedida licença com vencimentos ou remuneração integral.

§ 1º-A licença será concedida à vista de documento ofi-
cial que omprove a incorporação.

§ 2º-Do vencimento ou remuneração descontar-se-á a im-
portância que o funcionário perceber na qualidade de incorporado
salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º-Ao funcionário desincorporado conceder-se-á prazo
não excedente de 30 (trinta) dias, para que reassuma o exercício
sem perda do vencimento ou remuneração.

§ 4º-A licença de que trata êste artigo será também -
concedida a funcionário que houver feito curso para ser admi-
tido como oficial da reserva das fôças armadas, duranteos estágios
prescritos pelsos reguleamentos militares, aplicando-se o dis-
posto no § 2º dêste artigo.

SECÇÃO VI

Da Licença à Funcionária casada com Militar

Artigo 119-A funcionária casada com militar terá direi-
to à licença, sem vencimentos ou remuneração, quando o marido -
fôr mandado servir fora do Município.

Parágrafo único- A licença será concedida mediante ped-
dição devidamente instruído e vigorará por tempo que durar a nova
função do marido.

SECÇÃO VII

Da Licença para tratar de interêsses particulares

Artigo 120-Ao funcionário estável poderá ser deferida-
licença por tempo nunca excedente de dois anos, sem vencimento
ou remuneração, para tratar de interêsses particulares.

§ 1º-A licença será negada quando o afastamento do fun-
cionário fôr inconveniente ao interêsse público.

§ 2º-O funcionário deverá aguardar em exercício a con-
cessão da licença.

Artigo 121-Não será concedida licença para tratar de -
interêsses particulares ao funcionário nomeado, removido ou -
transferido, antes de assumir o exercício.

Artigo 122-A autoridade, que deferiu a licença, poderá
cassá-la e determinar que o licenciado reassuma o exercício, se
o exigir o interêsse do serviço municipal.

Parágrafo único- O funcionário poderá, qualquer tempo
reassumir o exercício, desistindo da licença.

Artigo 123- Outra licença para tratar de interêsses par-
ticulares só poderá ser concedida ao mesmo funcionário, após -
transcorridos dois anos do término da anterior.

SECÇÃO VIII

Da Licença-Prêmio

Artigo 124-Ao funcionário que requerer será concedida
licença-prêmio de 3 (três) meses com todos os direitos de seu
cargo, após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço.

§ 1º- Para que o funcionário em comissão goze licença-
prêmio com as vantagens dêsse cargo, deve ter nêle pelo menos -
dois anos de exercício.-

§ 2º- Sômente o tempo de serviço público prestado ao -
Município será contado paraê efeito de licença-prêmio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-16-

§ 3º- O tempo de serviço anterior à promulgação deste - Estatuto só dará direito a três meses de licença-prêmio.

Artigo 125- Não terá direito à licença-prêmio o funcionário que, no período de sua aquisição houver:

I- sofrido pena de suspensão;

II- faltado ao serviço injustificadamente por mais de 30 (trinta) dias;

III- gozado licença:

a)- por período superior a cento e oitenta dias consecutivos ou não, salvo a licença prevista no art. 103, IV;

b)- por motivo de doença em pessoa de sua família por mais de cento e vinte dias consecutivos ou não;

c)- para tratar de interesses particulares por mais de 30 (trinta) dias;

d)- por motivo de afastamento de cônjuge militar por mais de três anos.

Artigo 126- O pedido de licença-prêmio será instruído/ com certidão de tempo de serviço, expedida pelo órgão municipal competente.

Artigo 127- A licença-prêmio será despachada pelo Prefeito.

Artigo 128- A licença-prêmio, a pedido do funcionário - poderá ser gozada por inteiro ou parceladamente.

Parágrafo único- A licença-prêmio, requerida para gozo parcelado, não será concedida para período inferior a um mês.

Artigo 129- É facultado à autoridade competente, tendo em vista o interesse da administração, devidamente fundamentado, determinar, dentro de 12 (doze) meses seguintes à apuração do direito, a data do início do gozo da licença-prêmio, bem - como decidir se poderá ser concedida por inteiro ou parceladamente.

Artigo 130- O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença-prêmio.

Artigo 131- A concessão de licença-prêmio dependerá de novo ato quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação daquele que a deferiu.

SEÇÃO IX

Da Licença para o desempenho de Mandato Eletivo

Artigo 132- Será considerado em licença o funcionário público municipal que fôr eleito para o desempenho de mandato eletivo.

§ 1º- A licença prevista neste artigo, se não fôr concedida antes, considerar-se-á automática com o posse no mandato eletivo.

§ 2º- O tempo de serviço do funcionário afastado nos - termos deste artigo, só será contado para fins de promoção por antiguidade e aposentadoria.

§ 3º- O funcionário municipal, afastado nos termos deste artigo, só poderá reassumir o exercício do cargo, após o - término ou renúncia do mandato.

Artigo 133- O funcionário ocupante do cargo em comissão será exonerado, a pedido, deste cargo com posse no mandato eletivo.

Parágrafo único- se o ocupante do cargo em comissão fôr também titular de um cargo de provimento efetivo, ficará exonerado daquele e licenciado deste na forma prevista no artigo anterior.

Artigo 134- O funcionário municipal deverá licenciar-se pelo menos 30 (trinta) dias antes da eleição, que concorrer.

CAPÍTULO III

Da Assistência ao Funcionário



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS=17=

Artigo 135- O município prestará, dentro de suas possibilidades financeiras, assistência ao funcionário e sua família.

Parágrafo único- O plano de assistência compreenderá:
I-assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II-previdência, seguro e assistência judiciária;

III-financiamento para aquisição de casa própria;

IV-curso de aperfeiçoamento e especialização profissional em matéria de interesse municipal;

V-centro de aperfeiçoamento moral e intelectual para o funcionário e sua família;

VI-centros de recreação, repouso e férias.

Artigo 136- A lei regulará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidos neste capítulo.

Parágrafo único- Todo funcionário municipal será inscrito em instituição de previdência social mantida pelo Município, ou, na falta, no Instituto Nacional de Previdência Social.

CAPITULO IV

Do Direito de Petição e de Recorrer

Artigo 137- É assegurado ao funcionário o direito de requerer ou de representar e pedir reconsideração.

§ 1º- O requerimento ou representação será dirigido à autoridade competente para decidí-lo, através do superior hierárquico imediato do requerente ou representante.

§ 2º- O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 3º- O requerimento ou representação e o pedido de reconsideração de que trata este artigo deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis.

Artigo 138- É assegurado ao funcionário o direito de recorrer das decisões finais que o prejudiquem.

§ 1º- O recurso poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias da data da publicação ou da ciência pessoal da decisão recorível.

§ 2º- O recurso deverá ser despachado no prazo de 5 (cinco) dias e decidido no prazo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 139- O pedido de reconsideração e o recurso não têm efeito suspensivo, e o que for provido terá efeitos retroativos a data do ato impugnado.

Artigo 140- O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I-em 5 (cinco) dias (digo) anos, quanto aos atos de que decorrem demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

II-em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos.

Parágrafo único- O pedido de reconsideração e o recurso quando cabíveis, interrompem a prescrição uma só vez, observada a legislação federal sobre a prescrição quinquenal.

TITULO III

Dos Direitos e das Vantagens de Ordem Pecuniária

CAPITULO I

Do Vencimento ou Remuneração



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-18-

Artigo 141-Vencimento é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão - fixado por lei.

Parágrafo único - É vedada a prestação de serviço gratuito.

Artigo 142-Remuneração é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão - fixado em lei, acrescido das vantagens pessoais de que seja titular.

Artigo 143-O funcionário, que não estiver no exercício do cargo, somente poderá perceber vencimento ou remuneração nos casos previstos em lei.

Artigo 144-O funcionário perderá:

I- o vencimento ou remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo os casos previstos neste Estatuto.

II- um terço do vencimento ou remuneração diária quando comparecer ao serviço, dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar até uma hora - antes de findo o período de trabalho.

III- um terço do vencimento ou remuneração durante o - afastamento por motivo de prisão em flagrante, preventiva ou - condenação por crime inafiançável, denúncia desde seu recebimento, por crime funcional com direito à diferença, se absolvido - (artigo 68).

IV- dois terços do vencimento ou remuneração, durante/ o período do afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine demissão.

Artigo 145-O vencimento ou remuneração e o provento do funcionário só poderão sofrer os descontos autorizados em lei.

CAPITULO III

Das Vantagens

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 146-Além do vencimento ou remuneração, poderão se deferidas as seguintes vantagens aos funcionários:

I-diárias;

II-auxílio para diferença de caixa;

III-auxílio maternidade;

IV-auxílio-doença;

V-salário-família;

VI-gratificações.

SECÇÃO II

Das Diárias

Artigo 147-Ao funcionário municipal que, por determinação do Prefeito, se deslocar temporariamente deste Município no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo desde que relacionados com a função que exerce, será concedida além, do transporte, a diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada, nas bases fixadas em regulamento.

SECÇÃO III

Do Auxílio para Diferença de Caixa

Artigo 148-A diferença de caixa é o auxílio concedido aos tesoureiros e caixas que, no desempenho de suas atribuições paguem ou recebam em moeda corrente, na forma e em bases a serem fixadas em regulamento.

SECÇÃO IV

Do Auxílio Maternidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-19-

Artigo 149-Será concedido o auxílio maternidade nos -
termos da legislação especial em vigor.

SEÇÃO V

Do Salário Família

Artigo 150-O salário família será concedido a todo -
funcionário municipal ativo ou inativo:

I-por filho menores de 18(dezoito)anos;

II-por filho inválido;

III-por filha solteira sem economia própria;

IV-por filho estudante, que frequentar curso secundário
ou superior, em instituto de ensino oficial ou parti-
cular reconhecido, e que não exerça atividade lucrati-
va, até a idade de 24 (vinte e quatro) anos.

+ Parágrafo único- Compreendem-se neste artigo os filhos/
de qualquer condição, os enteados, os adotivos, e o menor que -
viver sob a guarda e sustento do funcionário.

Artigo 151-Quando o pai e a mãe foram funcionários ou -
inativos e viverem em comum, o salário-família será concedido -
apenas a um deles.

§ 1º- Se não viverem em comum, será concedido ao que -
tiver os dependentes sob sua guarda.

§ 2º- Se ambos os tiverem, será concedido a um e outro
dos pais, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Artigo 152-O funcionário e o inativo são obrigados a -
comunicar ao seu chefe imediato, dentro de 15(quinze) dias, qual-
quer alteração que se verificar na situação dos dependentes, da/
qual decorra supressão ou redução no salário-família.

Parágrafo único- A inobservância desta disposição deter-
minará responsabilidade do funcionário ou do inativo.

Artigo 153-O salário-família será pago juntamente com -
os vencimentos, remuneração, salário ou provento.

Artigo 154-O salário-família será pago independentemen-
te de frequência e produção do funcionário e não poderá sofrer/
qualquer desconto, nem ser objeto de tansação e consgnação em -
fôlhe de pagamento, nem sobre ele será baseada qualquer contri-
buição.

Artigo 155-O valor do salário-família será fixado em -
lei especial.

Artigo 156-É vedado pagamento de salário-família por -
dependente, em relação ao qual já esteja percebido o benefício -
de outra entidade pública federal, estadual ou municipal.

SEÇÃO VI

Do Auxílio-Doença e do Auxílio-Funerário

Artigo 157-Depois 12(doze) meses consecutivos de licença
para tratamento de saúde, em consequência das doenças previstas
no art.116, será concedido ao funcionário um mês de vencimento/
ou remuneração a título de auxílio-doença.

Artigo 158-O tratamento do acidentado em serviço corre-
rá por conta da instituição da previdência social a que estiver
filiado.

Artigo 159-Ao funcionário licenciado para tratamento de
saúde poderá ser concedido transporte, inclusive para as pessoas
de sua família.

Artigo 160-A família do funcionário falecido em exercí-
cio, em disponibilidade ou aposentado, ou à pessoa que provar ter
feito as despesas com o seu enterramento, será concedido, a títu-
lo de auxílio-funeral, a importância correspondente a 1 (um) mês
de vencimento, remuneração ou provento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-20-

Parágrafo único- O pagamento será efetuado pelo tesouro municipal, mediante autorização do Prefeito, após a apresentação do atestado de óbito e dos documentos comprobatórios das despesas.

SECÇÃO VII

Das Gratificações

Artigo 161-Conceder-se-á gratificação:

- I-pela prestação de serviço extraordinário;
- II-pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos fora das atribuições normais do cargo;
- III-pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida saúde;
- IV-pela participação em órgão de deliberação coletiva;
- V-pelo exercício de encargo de auxiliar ou de membro de banca ou comissão de concurso;
- VI-adicional por tempo de serviço.

Artigo 162-Terá direito à gratificação por serviço extraordinário o funcionário que fôr convocado para a prestação de trabalhos fora do horário normal de expediente a que estiver sujeito.

Artigo 163-A gratificação pela prestação de serviços extraordinários será determinada pelo chefe de setor (ou pelo diretor do serviço ou departamento) a que estiver subordinado o funcionário convocado.

§ 1º- A gratificação será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, na mesma razão percebida pelo funcionário em cada hora de período normal.

§ 2º- Em se tratando de serviço extraordinário noturno, assim entendido o prestado no período compreendido entre 18 e 6 horas, o valor da hora será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º- A gratificação ao funcionário, à disposição do gabinete do Prefeito, será por este determinada.

Artigo 164-A gratificação pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos de utilidade para o serviço público municipal, será arbitrada pelo Prefeito após a conclusão dos trabalhos, ou previamente, quando fôr o caso.

Artigo 165-A gratificação pela prestação de trabalho com risco de vida ou saúde depende de lei especial.

Artigo 166-A gratificação prevista nos itens IV e V do art.163, será fixada pelo Prefeito em cada caso.

Artigo 167-O adicional por tempo de serviço, conferido ao funcionário à razão de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço público municipal, será sempre proporcional aos vencimentos e acompanhar-lhes-á as oscilações.

§ 1º- O funcionário fará jus a sexta-parte dos vencimentos ou remuneração ao completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público municipal, a qual será calculada sobre a remuneração.

§ 2º- Os adicionais, de que trata este artigo, incluirão a sexta-parte referida no parágrafo anterior, incorporar-se-ão aos vencimentos para todos os efeitos e serão pagos juntamente com eles ou com a remuneração.

LIVRO III

DO REGIME DISCIPLINAR

TITULO I

DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS INCOMPATIBILIDADES

CAPITULO I

Das Deveres dos Funcionários

Artigo 168-São deveres do funcionários:

- I-comparecer à repartição nas horas de trabalho ordinário e nas do trabalho extraordinário, quando devida-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-21-

- mente convocado, executando os serviços que lhe competirem;
- II-cumprir as ordens superiores, representando quando - forem manifestamente ilegais;
- III-desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que fôr incumbido;
- IV-tratar com urbanidade os companheiros de trabalho e as partes, atendendo-as sem preferências pessoais;
- V-providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, sua declaração de família;
- VI-manter espirito de solidariedade e de colaboração com os companheiros de trabalho;
- VII-apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme que fôr determinado em cada caso;
- VIII-guardar sigilo sôbre assuntos da repartição e sôbre os despachos, decisões e providencias;
- IX-representar a seu chefe imediato sôbre tôdas as irregularidades de que tiver conhecimento, ocorridas na repartição/ em que servir, ou às autoridades superiores, por intermédio do respectivo chefe, quando êste não tomar em consideração sua representação;
- X-residir no distrito onde exerce o cargo ou em localidade vizinha mediante autorização, se não houver inconveniência para o serviço;
- XI-zelar pela economia do material do Municipio e pela conservação do que fôr confiado à sua guarda e utilização;
- XII-atender prontamente, com preferência sôbre qualquer outro serviço;
- a)-às requisições para a defesa da fazenda pública;
- b)-à expedição das certidões requeridas para defesa de direitos;
- XIII-apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;
- XIV-sugerir providências tendentes à melhoria e aperfeiçoamento do serviço.

CAPITULO II Das Proibições

Artigo 169-Ao funcionário é proibido:

- I-referir-se de modo depreciativo, pela imprensa, em - informação, parecer ou despacho às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, apreciá-lo do ponto de vista doutrinário ou de organização do serviço, com o fito de colaboração e cooperação;
- II-retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III-atender a pessoas, nas repartição, para tratar de - assuntos particulares;
- IV-promover manifestação de aprêço ou desaprêço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição;
- V-valer-se do cargo para lograr proveito pessoal;
- VI-coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza partidária;
- VII-paraticar a usura em qualquer de suas formas;
- VIII-pleitear como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos ou vantagens de parente até o 2º grau;
- IX-incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-22-

X-receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão das atribuições;

XI-empregar material do serviço público em serviço particular;

XII-cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargos que lhe competir ou a seus subordinados;

XIII-exercer atribuições diversas das de seu cargo ou função, ressalvados os casos previstos em lei ou regulamento.

CAPITULO III

Das Incompatibilidades e das Acumulações

Artigo 170-É incompatível o exercício de cargo ou função pública municipal:

I-com o exercício cumulativo de outro cargo, função ou emprego municipal, estadual ou federal, bem como em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, salvo os casos previstos na Constituição do Brasil;

II-com a participação de gerência ou administração de empresas bancárias, indústrias e comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Município, sejam por este subvencionadas ou diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que o funcionário estiver lotado;

III-com o exercício de representação de Estado estrangeiro;

IV-com o exercício de cargo ou função subordinada a parente até o segundo grau, salvo quando se tratar de cargo ou função de imediata confiança e de livre escolha, não podendo exceder de 2(dois) o número de auxiliares nessas condições.

TITULO II

DA DISCIPLINA

CAPITULO I

Da Responsabilidade

Artigo 171-Pelo exercício irregular de suas atribuições o funcionário responderá civil, penal e administrativamente.

Artigo 172-A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo para a Fazenda Municipal ou para terceiros.

§ 1º- O funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar / recolhimento ou entradas nos prazos legais.

§ 2º- Nos demais casos, a indenização de prejuízos causados à Fazenda Municipal poderá ser liquidada mediante o desconto em folha, nunca excedente da 10ª(décima) parte do vencimento ou remuneração, na falta de outros bens que respondam pela indenização.

§ 3º-Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva, proposta depois de transitado em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Artigo 173-A responsabilidade penal será apurada nos termos da legislação federal aplicável.

Artigo 174-O funcionário é administrativamente responsável por seus atos e omissões, perante as autoridades que lhe forem hierarquicamente superiores.

Parágrafo único- A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou penal, que couber, nem do pagamento da indenização a que ficar obrigado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-23-

CAPITULO II

Das Penalidades

Secção I

Das Penas e seus Efeitos

Artigo 175-São penas disciplinares:

- I-advertência;
- II-repreensão;
- III-multas;
- IV-suspensão;
- V-destituição de função;
- VI-demissão;
- VII-cassação da aposentadoria e da disponibilidade.

Artigo 176-As penas previstas nos itens II e VII serão sempre registradas no prontuário individual do funcionário.

Parágrafo único- As anistias não implicam o cancelamento do registro de qualquer penalidade, que servirá para apreciação da conduta do funcionário, mas nêle se averbará que, por virtude de anistia, a pena deixou de produzir os efeitos legais.

Artigo 177-As penas disciplinares terão somente os efeitos declarados em lei.

Parágrafo único- Os efeitos das penas estabelecidas são os seguintes:

I-A pena de multa implica a perda, para efeitos de antiguidade de tantos dias quantos aquêles que correspondem os vencimentos perdidos;

II-a pena de suspensão implica;

a)- na perda dos vencimentos ou da remuneração durante o periodo da suspensão;

b)- na perda, para efeitos de antiguidade, de tantos dias quantos tenham durado a suspensão;

c)- na impossibilidade da promoção no semestre abrangido pela suspensão;

d)- na perda da licença-prêmio na forma prevista neste Estatuto;

e)- na perda do direito à licença para tratar de assuntos particulares no periodo de um ano a contar da expedição da suspensão, superior a 30 (trinta) dias.

III-A pena de demissão simples importa:

a)- na exclusão do funcionário dos quadros de serviço municipal;

b)- na impossibilidade de reingresso do demitido ao serviço público municipal antes de decorridos dois anos da aplicação da pena;

IV-A pena de demissão qualificada com a nota "a bem do serviço público" importa na exclusão do funcionário e impossibilidade definitiva de seu reingresso nos quadros do serviço público municipal;

V-A cassação da aposentadoria e da disponibilidade importa desligamento do funcionário aposentado ou em disponibilidade do serviço público, sem direito a qualquer provento.

Artigo 178-O funcionário que, dentro de cinco anos contados da data da primeira condenação, fôr por três vezes condenado na pena de multa, ou duas vezes na de suspensão por periodo que, somados, excedam de cento e vinte dias, passará a ocupar o ultimo lugar na escala de antiguidade para efeito de promoção.

Artigo 179-Não pode ser aplicada a cada funcionário, pela mesma infração, mais de uma pena disciplinar.

Parágrafo único- A infração mais grave absorve as mais leves.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-24-

SECÇÃO II

Da Aplicação das Penas

Artigo 180-~~Na~~ aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público municipal.

Artigo 181-A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito do aperfeiçoamento profissional do funcionário.

Artigo 182-A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes:

I-reincidência das infrações sujeitas à pena de advertência;

II-de desobediência e falta de cumprimento dos deveres previsto nos incisos VII a XIII do art.168.

Artigo 183-A pena de suspensão, que não excederá de - 90(noventa) dias, será aplicada:

I-até 30 (trinta) dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por - autoridade competente;

II-nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada e pena de repreensão.

Parágrafo único-Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até de 50%(cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração - obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço.

Artigo 184-A pena de demissão será aplicada nos casos de:

I-crime contra a administração pública;

II-abandono do cargo ou falta de assiduidade;

III-incontinência pública, conduta escandalosa e embriaguês habitual;

IV-insubordinação grave em serviço;

V-ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo em legítima defesa;

VI-aplicação irregular dos dinheiros públicos;

VII-lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

VIII-corrupção passiva nos termos da lei penal;

IX-transgressão de qualquer dos itens dos arts.169 e - 170, deste Estatuto.

§ 1º- Considera-se abandono do cargo, a ausência do - serviço, sem justa causa, por mais de 30(trinta) dias úteis - consecutivos.

§ 2º- Considera-se falta de assiduidade, para os fins deste artigo, a falta ao serviço, durante a período de 12(doze) meses, pro mais de 60(sessenta) dias ~~interpôladamente~~, sem justa causa.

Artigo 185-O ato de demissão mencionará sempre a causa da penalidade e seu fundamento legal.

Parágrafo único- Atenta à gravidade da infração, a demissão poderá ser aplicada com a nota "a bem do serviço público".

Artigo 186-Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade se ficar provado que o inativo:

I-praticou falta grave no exercício do cargo;

II-aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III-aceitou representação de Estado estrangeiro, sem - prévia autorização do presidente da República;

IV-praticou usura em qualquer de suas formas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-25-

Parágrafo único- Será igualmente cassada a disponibilidade do funcionário que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo em que fôr aproveitado.

Artigo 187-Para efeito da graduação da penas disciplinares, serão sempre tomadas em conta tôdas as circunstâncias em que a infração tiver sido cometida e as responsabilidades do cargo ocupado pelo infrator.

§ 1º-São circunstâncias atenuantes da infração disciplinar, em especial:

I-o bom desempenho anterior dos deveres profissionais;
II-a confissão espontânea da infração;
III-a prestação de serviços considerados relevantes por lei;

IV-a provocação injusta de superior hierárquico.

§ 2º- São circunstâncias agravantes da infração disciplinar, em especial;

I-a combinação com outros individuos para a prática da falta;

II-o fato de ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar;

III-a acumulação de infrações;

IV-a reincidência.

§ 3º-A acumulação dá-se quando duas ou mais infrações são cometidas na mesma ocasião, ou quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior.

§ 4º-A reincidência dá-se quando a infração é cometida antes de passado um ano sobre o dia em que tiver findado o cumprimento da pena imposta em consequência de infração anterior.

Artigo 188-Precreverá:

I-em 2(dois) anos a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão;

II-em 4(quatro) anos, as faltas sujeitas;

a)-à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo;

b)-à cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Parágrafo único- A falta também prevista na lei penal como crime, precreverá juntamente com este.

SECÇÃO III

Da Competência Disciplinar

Artigo 189-A aplicação das penas de advertência e repreensão é da competência de tôdas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.

Artigo 190-Além do disposto no artigo anterior, são competente para a aplicação das penas disciplinares:

I-O prefeito Municipal nos casos de demissão, cassação da aposentadoria e da disponibilidade, multa e suspensão por mais de 30(trinta) dias;

II-Os Diretores de Departamento (ou de Serviços dos Setores) nos demais casos.

§ 1º- Os superiores hierárquicos são sempre competentes para aplicar penas de competência de seus inferiores.

§ 2º- Nenhum superior poderá delegar a subordinado a sua competência para punir.

CAPITULO III

Da Prisão Administrativa e da Suspensão Preventiva

Artigo 191-Cabe ao Prefeito ordenar a prisão administrativa de qualquer responsável pelos valores e dinheiros pertencentes à Fazenda Municipal, ou que se acharem sob a guarda desta,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-26-

nos casos de alcance ou omissão em efetuar as entradas nos devidos prazos.

§ 1º-O Prefeito comunicará o fato imediatamente à autoridade judicial competente para os devidos efeitos e providenciará no sentido de ser realizado, com urgência, o processo de tomada de contas.

§ 2º-A prisão administrativa não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

Artigo 192-A suspensão preventiva, até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, poderá ser ordenada pelo Prefeito Municipal em despacho motivado, desde que o afastamento do funcionário seja necessário para que este não venha a dificultar a apuração da falta cometida.

Artigo 193-O funcionário terá direito:

I-à contagem de tempo de serviço relativa ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando o processo não houver resultado pena disciplinar, ou esta se limitar à repressão;

II-à contagem de período do afastamento que exceder do prazo da suspensão disciplinar aplicada;

III-à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventiva e ao pagamento do vencimento ou remuneração e de todas as vantagens do cargo, desde que reconhecida a sua inocência.

TITULO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR E SUA REVISÃO

CAPITULO I

Das Sindicâncias

Artigo 194-A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidades no serviço público municipal é obrigada a determinar sua apuração imediata por meio de sindicância administrativa.

Parágrafo único- A autoridade que determinar a instauração da sindicância fixará o prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias para a sua conclusão, prorrogáveis até o máximo de 15 (quinze) dias à vista de representação motivada do sindicante.

Artigo 195-As sindicâncias serão abertas por portaria em que se indiquem seu objeto e um funcionário ou comissão de 3 (três) funcionários para realizá-la.

§ 1º-Quando a sindicância houver de ser realizada por comissão, a portaria já designará seu presidente, e este indicará o membro que deva secretariar os trabalhos.

§ 2º-Quando a sindicância houver de ser realizada apenas por um sindicante, este designará outro funcionário para secretariar os trabalhos, mediante a aprovação do superior hierárquico do sindicado.

Artigo 196-O processo das sindicâncias será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicado e todas as pessoas envolvidas nos fatos bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas.

Parágrafo único- Terminada a instrução da sindicância a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a abertura de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

CAPITULO II

Do Processo Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-27-

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 197-As penas de demissão de funcionário, de cassação de aposentadoria ou dedisponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que se assegure plena defesa ao processado.

Artigo 198-São competentes para a instauração do processo administrativo o Prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

SEÇÃO II

Da Instrução do Processo Administrativo

→Artigo 199-O processo administrativo será instaurado pela autoridade competente (art.194) mediante portaria, em que especifique o seu objeto e designe a autoridade processante.

Artigo 200-O processo administrativo será realizado por uma Comissão composta de 3(três) funcionários na forma do artigo anterior.

§ 1º- A autoridade competente, no ato da designação da comissão processante, indicará um dos funcionários para, como seu presidente, dirigir-lhe os trabalhos.

§ 2º- O presidente da Comissão designará um funcionário para secretariá-la, que poderá ser um dos membros da comissão.

Artigo 201-A autoridade processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando seus membros, em tal caso, dispensados dos serviços na repartição, durante o curso das diligências e elaboração do relatório.

Artigo 202-O prazo para a realização do processo administrativo será de 60(sessenta) dias, prorrogáveis por mais / 30 (trinta), mediante autorização da autoridade que determinou a sua instauração, e nos casos de força maior.

§ 1º-A autoridade processante, imediatamente após receber o expediente de sua designação, dará início ao processo, - determinando a citação pessoal do indiciado, a fim de que possa acompanhar tôdas as fases do processo, marcando dia para a toma da de seu depoimento.

§ 2º-Achando-se o indiciado em lugar incerto, será citado por edital com prazo de 15 (quinze) dias,

§ 3º-Se o fundamento do processo fôr o abandono do cargo ou função, a autoridade processante fará divulgar edital de chamamento pelo prazo de 15(quinze) dias.

- Artigo 203-A autoridade processante, procederá a tôdas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, recorrendo, quando preciso fôr, a técnicos ou peritos.

Artigo 204-Os atos, diligências, depoimentos e as informações técnicas ou periciais serão reduzidas a termos nos autos do processo.

- § 1º-Dispensar-se-à o termo, no caso de informações técnicas ou de perícia, se constar de laudo junto aos autos.

§ 2º-Os depoimentos testemunhais serão tomados em audiência, sempre que possível, na presença do indiciado e de seu defensor, para tanto devidamente cientificados.-

§ 3º-É facultado ao indiciado ou a seu defensor reperguntar às testemunhas, por intermédio do presidente, que poderá indeferir as reperguntas que não tiverem conexão com a falta, - consignando-se no termo as reperguntas indeferidas.

§ 4º-Quando a diligência requerer sigilo em defesa do interesse público, dela só se dará ciência ao indicado depois de realizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-28-

- Artigo 205-Se as irregularidades objeto do processo administrativo constituírem crime, a autoridade processante encaminhará cópia das peças necessárias ao órgão competente para a instauração de inquérito policial.

SEÇÃO III

Da Defesa do Indiciado

Artigo 206-A autoridade processante assegurará ao indiciado todos os meios indispensáveis à plena defesa.

§ 1º-O indiciado poderá constituir procurador para tratar de sua defesa.

§ 2º-No caso de revelia, a autoridade processante designará, de ofício, um funcionário ou advogado que se incumba da defesa do indiciado revel.

Artigo 207-Tomado o depoimento do indiciado, nos termos do § 1º do art.200, terá êle vista do processo na repartição pelo prazo de 5(cinco) dias, para preparar sua defesa prévia e requerer as provas que deseje produzir. Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 10(dez) dias, após o depoimento do último deles.

Artigo 208-Encerrada a instrução do processo, a autoridade processante abrirá vista dos autos ao indiciado ou seu defensor, para, no prazo de 15 dias, apresentar suas razões de defesa final.

Parágrafo único- a vista dos autos será dada na repartição, onde estiver funcionando a autoridade processante e sempre na presença de um funcionário devidamente autorizado.

SEÇÃO IV

Da Decisão do Processo administrativo

Artigo 209-Apresentada a defesa final do indiciado, a autoridade processante apreciará os elementos do processo, apresentando o seu relatório, no qual proporrá, justificadamente, a absolvição ou a punição do indiciado, indicando, nesta última hipótese, a pena cabível e seu fundamento legal.

Parágrafo único- O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a abertura do processo, no prazo de 10(dez) dias, a contar da data da apresentação da defesa final.

Artigo 210-A autoridade processante ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo - para prestar qualquer esclarecimento julgado necessário.

Artigo 211-Recebidos os elementos, previstos no art.207 a autoridade que determinou a abertura do processo, apreciará as conclusões da autoridade processante, tomando as seguintes providências no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

I-se discordar das conclusões do relatório, designará outra Comissão ou autoridade para reexaminar o processo, no prazo máximo de 5(cinco) dias, propor o que entender cabível, ratificando ou não o relatório;

II-se acolher as conclusões do relatório da autoridade processante, no prazo máximo de 5(cinco) dias:

a)-aplicará a pena proposta, se for competente;

b)-remeterá o processo ao Prefeito, com sua manifestação, para aplicação da pena sugerida, quando esta for de competência dessa autoridade.

Artigo 212-O Prefeito deverá proferir a decisão no prazo de 10(dez) dias, prorrogáveis por mais 5(cinco).

§ 1º-Se o processo não for decidido no prazo deste artigo, o indiciado reassumirá automaticamente o exercício do cargo, aguardando aí o julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-29-

§ 2º-No caso de alcance ou malversão de dinheiro público, apurados no autos, o afastamento se prolongará até a decisão final do processo administrativo.

Artigo 213-Da decisão final do processo, são admitidos os recursos e pedidos de reconsideração previstos neste Estatuto.

Artigo 214-O funcionário só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver repondendo e desde que reconhecida sua enocência.

Artigo 215-A decisão definitiva proferida em processo administrativo só poderá ser alterada através do processo de Revisão.

CAPITULO III

Da Revisão do Processo Disciplinar

Artigo 216-A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão da sindicância ou do processo administrativo de que resultou a pena disciplinar, quando se aduzirem fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência da requerente.

§ 1º-A revisão só poderá ser, requerida pelo funcionário punido, salvo o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º-Tratando-se de funcionário falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer pessoa constante do seu assentamento individual.

Artigo 217-Correrá a revisão em apenso aos autos do processo originário.

→ Parágrafo único- Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

Artigo 218-Na inicial, o requerente pedirá dia e hora para inquirição das testemunhas que arrolar.

Artigo 219-Concluído o encargo da Comissão Revisora, em prazo que não excederá de 30 (trinta) dias, será o processo com o respectivo relatório, encaminhado ao Prefeito, que o julgará no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 220-Julgada procedente a revisão, torna-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

LIVRO IV

DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DO PESSOAL TEMPORÁRIO

CAPITULO I

Dos Servidores da Câmara Municipal

Artigo 221-As disposições deste Estatuto aplicar-se-ão aos servidores da Câmara Municipal, com as modificações previstas neste capítulo.

Artigo 222-Compete ao Presidente da Câmara Municipal:
I-os atos de provimento dos cargos públicos da Câmara Municipal e os de exoneração de seus servidores;

II-a determinação de abertura de sindicância ou de processo administrativo, visando a apurar irregularidades verificadas no serviço administrativo da Câmara;

III-a aplicação, a seus servidores, das penas previstas neste Estatuto;

IV-a decisão do processo de revisão.

Artigo 223-Sem prejuízo da competência do Presidente da Câmara, cabe ao Diretor Geral, ou órgão equivalente, a aplicação das penas de advertência, repreensão e de suspensão até 30(trinta) dias, fora de sindicância ou de processo administrativo.



CAPITULO II

Do Pessoal Temporário

Artigo 224-O pessoal temporário será contratado no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, observadas os princípios estabelecidoã neste capítulo.

Parágrafo único-São as seguintes as categorias de pessoal temporário do Município:

I-pessoal contratado para obras;

II-pessoal contratado para funções de natureza técnica ou especializada;

III-pessoal contratado para o exercicio de função de cargo público.

Artigo 225-A contratação do pessoal previsto no artigo anterior, nos órgãos da administração municipal, centralizada ou descentralizada, far-se-á observado o seguinte:

I-as contratações devem ser precedidas de justificativa, com a indicação expressa de sua efetiva necessidade e dos recursos orçamentários para a respectiva despesa;

II-os contratos serão feitos por escrito, por prazo determinado, não superior a 2(dois) anos, ou por tempo indeterminado;

III-os salários serão feitos por escrito, por prazo de terminado, não superior(digo) fixados, sempre que possível, em níveis correspondentes aos estabelecidos para funções semelhantes no quadro do funcionalismo público municipal, não podendo ser inferiores ao salário mínimo vigente na Região;

IV-quando se tratar de pessoal especializado ou técnico, é obrigatória a apresentação da carteira profissional, "curriculum vitae", títulos e indicações de experiência profissional;

V-as contratações deverão ser feitas obrigatoriamente no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI-sempre que possível, e dependendo dos serviços a serem efetuados ou se o contrato não tiver prazo certo de duração, deverá ser estipulado período experimental correspondente aos primeiros 90 (noventa) dias;

VII-os encargos previdenciários serão obrigatoriamente recolhidos em estabelecimentos oficiais de crédito;

VIII-o seguro de acidentes será feito, obrigatoriamente na carteira própria do Instituto Nacional de Previdencia Social (INPS);

IX-as contratações deverão ser publicadas no órgão oficial do Município, ou em jornal de maior tiragem ou que tenha contrato para a publicação dos atos oficiais do Município;

X-as prorrogações de contratos serão feitas por simples aditamento no próprio instrumento do contrato, dispensando-se as exigências iniciais;

XI-para tôdas as contratações, serão exigidas idade mínima de 18 e máxima de 55 anos e apresentação de atestado médico de sanidade e abreugrafia fornecido por entidades oficiais ou que forem indicadas pela Prefeitura;

XII-o servidor contratado não poderá ser comissionado/ em qualquer outro setor da administração.

§ 1º-Observada rigorosa ordem de classificação e feitas as contratações, perderá a prova de seleção a sua validade não assistindo qualquer direito à eventual contratação futura/ para os demais candidatos aprovados.

§ 2º-Não se aplicam as disposições dêste artigo à contratação de pessoal para obras, assim entendidos os que irão executar trabalhos braçais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS-31-

Artigo 226-Não se aplica aos contratados no regime da Consolidação das Leis do Trabalho qualquer dispositivo deste Estatuto referente a vencimentos ou salários, férias, horário, afastamentos, licenças e outros direitos e vantagens nem o regime disciplinar.

Parágrafo único- Os direitos e vantagens e o regime disciplinar aplicáveis ao pessoal contratado nos termos do presente capítulo são aqueles previstos na legislação trabalhista.

Artigo 227-O contratado será responsabilizado civilmente pelos danos causados, por culpa ou dolo, à administração municipal, bem como criminalmente nos termos do art.327 do Código Penal.

Artigo 228-São nulos e de nenhum efeito os contratos feitos em desacôrdo com as normas deste capítulo.

Das Disposições Finais

Artigo 229-O dia 28 de outubro será consagrado ao - funcionário municipal.

Artigo 230-Contar-se-ão por dias corridos os prazos previstos neste Estatuto.

Parágrafo único- Na contagem dos prazos, salvo disposições em contrário, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o dia do vencimento. Se esse dia cair em sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo, o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil.

Artigo 231-São isentos de sêlo os requerimentos, certidões e outros papéis que, na ordem administrativa, interessem ao servidor público municipal, ativo ou inativo.

Artigo 232-Por motivo de convicção filosófica, religiosa ou politica, nenhum funcionário poderá ser privado de qualquer de seus direitos, nem sofrer alteração em sua atividade funcional.

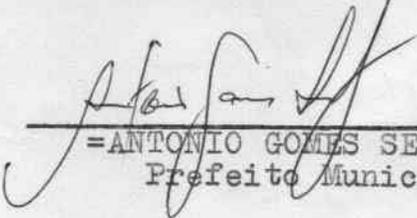
Artigo 233-Nenhum funcionário poderá ser transferido de ofício no período de 6(seis) meses anterior e no de 3(trez) meses posterior às eleições.

Artigo 234-É vedada a transferência ou remoção de ofício do funcionario investido em cargo eletivo, desde a expedição do diploma até o término do mandato.

Artigo 235-O Prefeito expedirá a regulamentação necessária à perfeita execução deste Estatuto, observados os princípios gerais nele consignados e de conformidade com as exigências possibilidades e recursos do Município.

Artigo 236-Éste Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ, aos 4 de julho de - 1.969.-


=ANTONIO GOMES SERAFIM=
Prefeito Municipal

Registrado no livro competente, e em seguida publicado por afixação no local de costume.-


=EUCLIDES GOMES GONÇALVES=
Secretário Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATIGUÁ

Estado de São Paulo

LEI Nº-758, DE 20 DE OUTUBRO DE 1.975

Dispõe sobre a nova redação do Artigo 129 da Lei 254 de julho de 1969.-

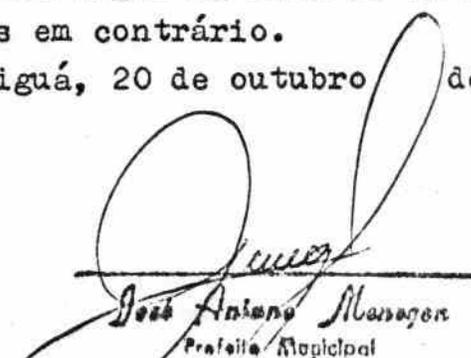
JOSÉ ANIANO MENEGON, Prefeito Municipal de Catiguá, / Comarca de Catanduva, Estado de São Paulo, nos termos do Artigo 39, Item II, do Decreto-Lei Complementar Nº 9, de 31 de dezembro de 1969, Sanciona e Promulga a seguinte lei, aprovada pela Câmara Municipal de Catiguá, em sua sessão de 15 de outubro de 1975:=-

ARTIGO 1º- O artigo 129 da Lei 254 de 04 de julho de 1969, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, passa a ter a seguinte redação:-

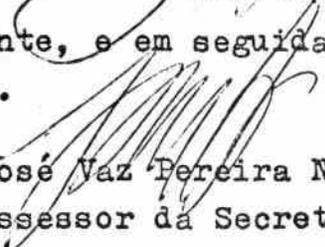
" É facultado à autoridade competente, tendo em vista o interesse da Administração, devidamente fundamentado, - determinar dentro de doze (12) meses seguintes a apuração do direito, a data do início do gozo de LICENÇA PREMIO, bem como discidir se poderá ser concedida, por inteiro, parceladamente ou em pecúnia".

ARTIGO 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Catiguá, 20 de outubro de 1975.


José Aniano Menegon
Prefeito Municipal

Registrada no livro competente, e em seguida publicada por afixação no local de costume.


José Vaz Pereira Netto
Assessor da Secretaria.



Prefeitura Municipal de Catiguá

C. G. C. M. F.: 45.124.344/0001-70

Avenida Nove n. 53 — Fone: 12

CATIGUÁ - E. S. PAULO

LEI Nº-759, DE 24 DE OUTUBRO DE 1.975

Dispõe sobre o 13º salário aos funcionários do Quadro eos ocupantes de cargo em Comissão.

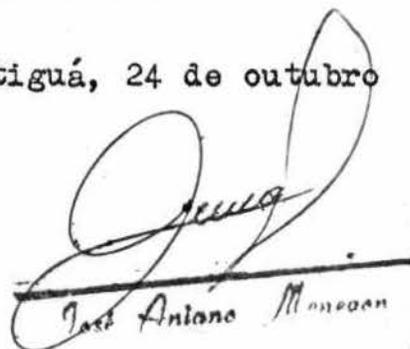
JOSÉ ANIANO MENEGON, Prefeito Municipal de Catiguá, - Comarca de Catanduva, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, Sanciona e Promulga a seguinte lei aprovada pela Câmara Municipal de Catiguá, em sua sessão de 23 de outubro de 1975, conforme Resolução Nº-53/75:-

Artigo 1º- Fica incorporado aos direitos e vantagens/ em geral da Lei 254 de 04 de julho de 1.969, que Institui o Estatuto dos Servidores públicos do Município o décimo salário.

Parágrafo Único- Este direito, extender-se-à também/ ao pessoal ocupante de cargo em comissão

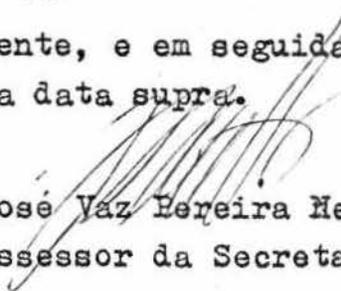
Artigo 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua/ publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Catiguá, 24 de outubro de 1975.



José Aniano Menegon

Registrada no livro competente, e em seguida publica da por afixação no local de costume na data supra.



José Vaz Ferreira Netto
Assessor da Secretaria